

PRECONCEITO LINGUÍSTICO NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Nágila de Lima Pereira¹ - UEA
Germano Ferreira Martins² - UEA

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo mostrar a existência do preconceito linguístico dentro do âmbito escolar, questionando quais os reais motivos que levam a essa realidade. O objetivo geral se destaca em descrever o preconceito linguístico presente no contexto escolar. Tendo como objetivos específicos: detectar as práticas pedagógicas que podem refletir sobre o preconceito; indagar como os alunos reagem quando alguém manifesta preconceito linguístico; conscientizar o respeito à diversidade da língua nos falantes. Essa sondagem foi realizada de forma abrangente acerca de ações recorrentes nas salas de aula. Essa pesquisa foi embasada em alguns teóricos: TARALLO (1994), BAGNO(1999), BORTONI-RICARDO (2004). Como o âmbito escolar se tornou praticamente uma arena de batalhas, onde alunos se defendem dos “leões” da norma culta ou a padrão os ataca de todas as maneiras dificultando o ensino-aprendizagem desses alunos que sobrevivem ou acabam resistindo à força gramatical. O enfoque da pesquisa é descrever as ocorrências do preconceito linguístico e assim, por sua vez conscientizar educandos e educadores a não se policiarem na famosa maioria dos radicais da língua gramaticada. Esse trabalho foi uma pesquisa de campo com uma proposta de aplicação de atividade a se realizar em sala de aula no Ensino Fundamental II com alunos dos 6º e 9º anos, foi proposto um questionário sobre o preconceito linguístico. Ao mesmo tempo, trata-se de uma pesquisa participativa no sentido de que os envolvidos, no caso os alunos e professores, atuaram de forma colaborativa para que os objetivos fossem alcançados.

Palavras-chave: Língua. Preconceito Linguístico. Ensino Fundamental.

INTRODUÇÃO

O preconceito linguístico é um ato negativo produzido por ações de indivíduos que, mesmo tendo, às vezes, apenas um conhecimento básico sobre o assunto, se utilizam desse meio como forma de ataque ao uso da língua divergente daquele preconizado na norma padrão. Diante desse percalço, este trabalho vem com o objetivo de revelar a existência do preconceito linguístico dentro das salas de aula. Visto que a língua é o principal meio de comunicação e de interação social, não pode ser considerada homogênea, vivenciada de uma mesma forma no contexto social. Ela deve, na verdade, é favorecer a diversidade cultural.

Sendo a linguística a ciência que estuda as línguas, ela apresenta uma outra abordagem em relação às línguas e ao seu estudo. A diversidade de línguas é grandiosa, por

¹ Discente do Curso de Letras da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). E-mail: nagila09lima@gmail.com.br.

² Mestre em Linguística e professor do Curso de Letras do Centro de Estudos Superiores de Tefé (CEST) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). E-mail gmartins@uea.edu.br.

esse motivo, há uma diferença no ato de fala, a partir disso, o preconceito linguístico deveria ser abolido das salas de aula.

Por esse motivo, esta pesquisa tem por objetivo expor o preconceito linguístico na realidade das aulas. A partir de questionários apresentados aos alunos e professores do 6º e do 9º ano do Ensino Fundamental II. 11 pessoas participaram deste estudo, cujo tema fala acerca do preconceito linguístico. E tendo como objetivos específicos: detectar as práticas pedagógicas que podem refletir sobre o preconceito; indagar como os alunos reagem quando alguém manifesta preconceito linguístico; conscientizar alunos e professores a respeito da diversidade linguística presente nas salas de aula.

A justificativa deste trabalho se deve à importância das variações linguísticas nas escolas. Cada variação tem o seu valor e deve ser respeitada e jamais ridicularizada, principalmente no que diz respeito à educação. Um aluno que fala de maneira própria não necessita de correção rude para se expressar de acordo com a norma padrão da língua portuguesa falada, porém, necessita adotá-la em certas circunstâncias como um discurso em público, entrevistas etc.

Como o âmbito escolar se tornou praticamente uma arena de batalhas, onde alunos se defendem dos “leões” da norma culta ou a padrão os ataca de todas as maneiras, dificultando o ensino-aprendizagem desses alunos, que sobrevivem ou acabam resistindo à força às dificuldades enfrentadas nos embates entre a norma padrão e a norma que cada um traz de suas experiências linguísticas. O enfoque da pesquisa é descrever as ocorrências do preconceito linguístico e assim, por sua vez, conscientizar educandos e educadores sobre a importância do respeito linguístico e da fala diferente.

A escola tem o dever de ensinar a variação padrão, mas não o direito de menosprezar o aluno de classes populares que se utiliza de uma variação menos valorizada pela sociedade.

A partir das questões trabalhadas com alguns alunos e professores, observou-se que essa prática ainda existe e causa um grande problema no desenvolvimento tanto de alunos como da escola em geral.

A escola deve ser um lugar de acolhimento e liberdade, com o fim de guiar e instruir seus alunos em determinados conhecimentos existentes no mundo. O que a escola deve propor é que sempre prevaleça o respeito e a aceitação no cotidiano, que a igualdade seja permanentemente um dever de todos, pois todos têm o direito à educação, apesar dos problemas reais da sociedade. Porém o presente trabalho demonstra que, além de existir a

desigualdade social, há ainda desigualdade na língua, que a forma como o aluno se comunica estabelece sua imagem na escala social.

Metodologicamente este trabalho consistiu em uma pesquisa bibliográfica que conforme Gil (2002, p. 44) “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos”, mas também foi necessário recorrer-se a um levantamento de campo, pois como Prodanov (2013, p.59) afirma, “é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual procuramos uma resposta”. Sendo assim, foram propostos dois questionários que abordam a temática do preconceito linguístico, para complementar o tema em questão.

Referente à parte de um problema (LAKATOS E MARCONI, 2002) afirmam que a pesquisa responde as necessidades de conhecimento desse problema, e que seu ponto de partida é a investigação bem sucedida. O questionário apresentado foi composto de 12 perguntas ao todo, as quais foram divididas em perguntas abertas e fechadas, voltadas para alunos e professores. Nesse sentido, com questões abertas, os professores tiveram mais liberdade em comentar as perguntas que nortearam a problemática do trabalho, já para os alunos, as perguntas foram fechadas para facilitar o entendimento da questão.

A abordagem da pesquisa é qualitativa, pois “esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte para a coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Tal pesquisa é descritiva” (PRODANOV, 2013, p. 70). O ponto de partida é analisar os dados indutivamente, no qual o processo e o significado são os focos da abordagem.

A presente pesquisa gerou resultados acerca do estudo, mostrando a existência do preconceito linguístico em sala, demonstrando suas consequências negativas na vida cognitiva dos afetados dessa ação.

1. QUADRO TEÓRICO

1.1 Breve conceito sobre variação linguística

A palavra variação segue um conceito de mudança, modificação, ou seja, nunca fica imóvel, inerte. Tende a sempre variar-se do seu ponto primordial. A variação linguística é a movimentação comum e natural de uma língua, varia nos fatores históricos e culturais. Ou seja, é usada sistematicamente e coerentemente de acordo com o contexto histórico, geográfico e sociocultural, no qual os falantes se manifestam verbalmente. É importante

lembrar que toda variação é adequada para atender necessidades cognitivas e comunicativas do falante. E isso ocorre pela diversificação de uma língua em relação as mudanças de seus elementos. Possui características sensíveis e dinâmicas voltadas a fatores como, regiões, sexo, idade, classe social e também o grau de formalidade no contexto de comunicação.

A linguagem é a principal porta de comunicação dos indivíduos em seu contexto. A língua é a ferramenta fundamental da linguagem. Em toda língua existe um fenômeno chamado variação, isto é, nenhuma língua é falada do mesmo jeito em todos os lugares, assim como nem todas as pessoas falam a própria língua de modo idêntico. E dentro da língua existe a fala que é heterogeneia. Heterogeneidade é a expressão usada para assumir a diferença, a diversidade e a variedade. Sendo assim cada indivíduo tem sua forma de falar, ou seja, ninguém fala igual a outra pessoa.

Na língua há mudanças e renovações, ou seja, ela não fica inerte em uma única concepção. Por isso ocorrem as variações em todos os seus níveis que, segundo Bagno (2007, p.61) “pode ser de ordem morfossintática, sintática, fonética-fonológica, semântica, lexical, estilístico-pragmática”. De acordo com o autor, as variações linguísticas apesar de suas particularidades devem obedecer a regras gramaticais padrão da língua. Desta forma todas as línguas variam e isso implica dizer que não há uma única sociedade ou comunidade na qual todos os sujeitos falem da mesma forma, por isso os falantes devem ser cautelosos na maneira como lida com a fala e a escrita.

Na sociedade brasileira existe uma expansão nas variedades da língua graças à heterogeneidade social e aos diferentes graus de contato de vários grupos nas diversas comunidades existentes.

1.2 Preconceito linguístico no contexto social

Preconceito é uma opinião desfavorável que não se baseia em dados objetivos, porém, em um sentimento hostil motivado por hábitos de julgamento ou generalizações precipitadas. Nada mais é que conceito ou ideia sem fundamento sério ou imparcial.

De acordo com Grupioni (1995), preconceito é uma tendência presente em certos agrupamentos humanos, porém não comum a todos, o que leva a acreditar que não seja algo próprio da natureza humana. Ainda segundo o autor, esta tendência é uma opinião não justificada de uma ou mais pessoas que leva a assumir comportamentos de acordo com o seu posicionamento, gerando discriminação.

Agir com preconceito linguístico é agir com ignorância as variedades linguísticas. É menosprezar a unicidade de fala de cada falante. E essa ação é fortemente aderida pelas tecnologias existentes na sociedade, como televisão, rádios, internet e principalmente por livros didáticos e gramáticas normativas. Segundo Bagno (1999, p.166-167) “é preciso haver uma conscientização de que um falante nativo é um usuário competente de sua língua, ou seja, o conhecimento da língua é natural na sua vida social, faz parte dela”.

Dessa forma, todo falante domina e conhece sua língua materna no meio em que vive, desde o momento em que começa a falá-la. Perini (1999) declara que:

Qualquer falante de português possui um conhecimento implícito altamente elaborado da língua, muito embora não seja capaz de explicitar esse conhecimento. E esse conhecimento não é fruto de instrução recebida na escola, mas foi adquirido de maneira tão natural e espontânea quanto a nossa habilidade de nadar. (p.13).

Corroborando com o autor, o indivíduo em sociedade já nasce com a competência linguística e sabe dominar sua variação em meio social, porém necessita de um aprimoramento escolar, não significa que vai aprender a falar na escola, como muitos pensam, e sim saber que já vem consigo esse conhecimento de língua.

O preconceito linguístico nada mais é do que uma decorrência do preconceito social. Se baseia na crença de que só existe uma única língua falada corretamente. Que, no caso, é a que é ensinada nas escolas, explicadas nas gramáticas normativas e catalogadas nos dicionários. Segundo Tarallo (1994, p.11), “uma manifestação linguística que não estabelece esse triângulo, ou seja, escola-gramática-dicionário é considerada errada, feia, deficiente”. E que também está associada a fatores sociais e culturais como, por exemplo, a faixa etária, o gênero, a situação socioeconômica e o grau de escolarização, É muito comum ouvir que pessoas sem instrução falam errado. Pertencem a uma classe social desprestigiada, marginalizada, que não tem acesso à educação e aos bens culturais da elite, ou seja, da classe alta dominante. Julgadas como pessoas que não são capazes de se enquadrar na “arte do bem falar”, muitos alunos perdem, ao se depararem com a ocorrência do preconceito linguístico e social, a vontade de viver e se expressar no contexto social a sua volta.

1.3 Preconceito linguístico existente no contexto escolar

Levando esse fenômeno linguístico para o contexto escolar, a variação linguística se manifesta nas diversas maneiras de falar dos alunos. E esse acontecimento exige muitas reflexões dos profissionais da língua materna, pois não se tem dado a devida atenção a essa influência na diversidade da língua no processo educacional. Conceber tal influência exige

uma aceitação da língua como um conjunto sistemático, mas também aberto, flexível e heterogêneo. O que resulta no conjunto de falantes que criam e recriam os recursos linguísticos para a interação uns com os outros.

Portanto, segundo Antunes (2009) :

Em qualquer língua, de qualquer época, desde que em uso, ocorreram mudanças, em todos os estratos, em todos os níveis, o que significa dizer que, naturalmente, qualquer língua manifesta-se num conjunto de diferentes falares que atendem às exigências dos diversos contextos de uso dessa língua (p. 22).

Dessa forma, não se pode pensar em uma língua homogênea, que pode ser falada da mesma forma em todos os lugares. A variação linguística é um dos temas relevantes e que precisa de destaque no campo da linguagem, estando sempre presente nas relações sociais em qualquer época. A autora demonstra que as variações existem porque as línguas são fatos sociais que ocorrem em um tempo e espaço, afirmando serem concretas. Para Antunes (2007, p. 104) “a língua só existe em sociedade, e toda sociedade é inevitavelmente heterogênea, múltipla, variável e, por conseguinte, com usos diversificados da própria língua”. E diante dessa afirmação não se pode ver essas diferenças como erros. A escola necessita obter um maior número de manifestações linguísticas, que são encontradas nos gêneros textuais e nas variedades de língua. Por exemplo: nas manifestações rurais, urbanas, nas informais, nas formais, nas cultas, não-cultas, nas orais e nas escritas. Isso implica afirmar que a língua pode ser concretizada com essa abertura a todos os gêneros.

Possenti (1996) explica que:

O preconceito é mais grave e profundo no que se refere a variedades de uma mesma língua do que na comparação de uma língua com outras. As razões são históricas, culturais e sociais. Aceitamos que os outros falem diferente. Mas, não aceitamos pacificamente que os que falam ou deveriam falar a mesma língua falem de maneira diferente. (p.29).

Isso retrata a ideia de que a escola rejeita e muitas vezes exclui a língua trazida pelo aluno caracterizada pelo grupo que pertence. Ou seja, sua maneira própria de falar a mesma língua. O que deveria ser ao contrário, pois deveria existir uma relação valorizada pela escola e sociedade. É considerável que toda variedade de língua atende as necessidades da sociedade que a emprega. Nenhuma língua é falada do mesmo jeito, ou seja, ocorre o fenômeno chamado variação. Mesmo quando as pessoas falam a própria língua materna há variação existente nessa comunidade.

O fato é que a elite tem a intenção de ensinar a ortografia oficial como língua predominante falada nas escolas. Bechara (1993), em sua gramática, argumenta sobre o respeito que se deve ter para com a língua, pois esta tem um valor comunicativo, além da necessidade de se estabelecer uma relação de confiança com o aluno, para que este ao entrar numa sala de aula não se sinta oprimido nem desestimulado a aprender, mas sim completo por em situações de comunicação ter pleno conhecimento e oportunidade de escolha do uso de sua língua. Possenti (1996) afirma:

O mais importante é que o aluno possa vir a dominar efetivamente o maior número possível de regras, isto é, que se torne capaz de expressar-se nas mais diversas circunstâncias, segundo as experiências e convenções dessas circunstâncias. Nesse sentido, o papel da escola não é o de ensinar uma variedade no lugar da outra, mas de criar condições para que os alunos aprendam também as variedades que não conhecem. (p. 82-83).

A gramática normativa é consequência da língua, é ligada a ela, dependente dela. Mas, a mesma passou a ser um instrumento de poder e controle; e a língua passou a ser subordinada e subalterna a gramática. O domínio da norma culta não é um instrumento de ascensão social, isso é um mito pelo fato de que esse acontecimento toca em sérias questões sociais. É preciso haver o respeito às variações, pois todas tem seu valor. Bagno (1999) diz que:

São veículos plenos e perfeitos de comunicação e de relação entre as pessoas que as falam. Se tivermos de incentivar o uso de uma norma culta, não podemos fazê-lo de modo absoluto, fonte do preconceito. Temos de levar em consideração a presença de regras variáveis em todas as variedades, a culta inclusive. (p51)

O autor se refere ao abuso gramatical que muitos profissionais aderem em suas metodologias na sala de aula. Não se pode apenas ensinar as regras formuladas na língua portuguesa e resistir apenas àquela norma tradicional, porém, respeitar as variantes de fala do aluno. Dessa forma, o professor não só vai ajudar a incentivar o estudante, mas também vai se tornar um grande mediador no seu desenvolvimento como cidadão crítico na sociedade.

Em decorrência de tal fato, muitos alunos terminam seus onze anos de estudos de ensino fundamental e ensino médio, se julgando incompetentes em escrever o que quer que seja. Pois durante todo esse tempo não visaram o que realmente é interessante e importante na língua materna estudada. Bagno (1999, p 37) afirma que “as pessoas sentiriam muito mais confiança e prazer no momento de usar os recursos do seu idioma, que afinal é um instrumento maravilhoso e que pertence a todos” e não o medo e a inutilidade que sentem.

Antunes define as três normas usadas pelos cidadãos de uma sociedade. A norma padrão segundo Antunes (2007, p. 92), “é uma idealização, abstrata e se distancia do real no uso do dia-a-dia”. Está ligada por sua vez, a tradição gramatical normativa, a qual tenta preservar um modelo ideal de língua. Já a norma culta (p.88), diz que “é utilizada por falantes de escolaridade superior completa”. Faraco (2008, p. 40) também define como “aquela que exige um grau de formalidade, que está relacionada com a cultura de escrita, pertencente principalmente pelos controladores do poder social”. A norma popular refere-se às variedades linguísticas relacionadas ao falante sem escolaridade superior completa, com pouca ou nenhuma escolarização, moradores de zona rural ou periferias empobrecidas das grandes cidades.

O que se percebe, portanto é que todos os usuários da língua portuguesa usam variações dessa língua. O que define essa variação como prestigiada ou não é a condições social, econômica e geográfica desse sujeito. Segundo Bagno (2007), a gramática tradicional se constitui com base em preconceitos sociais. O fato de uma minoria ter acesso a essa gramática, sendo ela considerada exemplar, faz com que todos aqueles que não dominam a norma culta sejam mal vistos.

1.4 A Função da escola quanto ao preconceito linguístico

A função da escola em relação às diferenças sociolinguísticas é de fundamental importância para a valorização da variação linguística, não se pode simplesmente censurar as particularidades das línguas culturais dos educandos e tentar substituí-las pela língua da cultura institucionalizada. Pelo contrário, a variedade linguística desses alunos deveria ser respeitada e valorizada, sem que lhes seja recusada a oportunidade de aprender as variantes de prestígio, pois a língua é um dos bens culturais mais essenciais para o crescimento social.

A instituição de ensino deve ser cobrada pela sociedade para admitir a função da língua sobre uma diversidade linguística. “Pois ela é um instrumento de comunicação. Sem ser censurada, com livre expressão, essa função passaria a ser uma consequência natural”, que facilitaria os hábitos de leitura e escrita pelos alunos. (BORDENAVE, 2000, p.35). Assim a escola contribuiria para a inclusão dos alunos e não para a exclusão, com maior êxito. Pois ela também é responsável pelo acesso do aluno às habilidades linguísticas orais e escritas.

A escola tem o encargo de dispor em seus métodos de ensino a variação padrão, mas não o direito de menosprezar e desvalorizar a variedade de língua do aluno de classes populares. Assim os PCN (1997) enfatizam que:

O domínio da língua tem estreita relação com a possibilidade de plena participação social, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento. Assim, um projeto educativo comprometido com a democratização social e cultural atribui à escola a função e a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos o acesso aos saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável de todos (BRASIL, 1997, 21).

Seu dever é formar verdadeiros cidadãos capazes de lutarem e se sustentarem de maneira justa perante a sociedade. Sem ignorar as diferenças sociolinguísticas dos alunos. Dessa forma seria necessária uma educação linguística desenvolvida, na qual professores e alunos tenham a consciência da diversidade de línguas.

Segundo os PCNs (1998 p.26) “a questão não é falar certo ou errado, mas saber qual forma de fala utilizar, considerando diferentes características do contexto de comunicação. Saber adequar ajustar a linguagem às diferentes situações comunicativas”. E esses parâmetros são os principais instrumentos didáticos para auxiliar o educador em sala de aula. Através deles se tem a certeza que, de maneira prática entender a linguagem é uma ciência, assim como outras, ou seja, está sujeita a mudanças, sempre inovando seus aspectos de uso.

O uso da gramática inspira a prática de ensino, o que por sua vez dispõe o surgimento da produção do livro didático. Dessa forma, os autores recorrem à gramática tradicional como fonte de concepções e teorias sobre a língua. Afirmando o vício da norma padrão. Por isso, Bortoni-Ricardo (2004, p. 35) tem a necessidade de aludir que “a pluralidade cultural e a rejeição aos preconceitos linguísticos são valores que precisam ser cultivados a partir da educação infantil e do ensino fundamental”. No entanto, a forma como o ensino chega aos alunos é extremamente rudimentar, pois, ensinar a língua padrão é o dever da escola, e muitos professores não querem aderir às demais variedades de língua como processo metodológico na escola.

Bortoni-Ricardo (2004, p.78) ressalta, portanto, que “compete à criatividade da escola as práticas de diferentes casos do uso da língua”. Sua tarefa em relação a língua materna é criar condições que o aluno desenvolva sua capacidade de competência na comunicação. Que possa usá-la com segurança, desfrutando dos recursos necessários para uma agradável interação no seu contexto social.

2. METODOLOGIA

Metodologicamente este trabalho consistiu em uma pesquisa bibliográfica que conforme Gil (2002, p. 44) “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos”. Desse modo, a temática trabalhada detém de inúmeras informações a respeito, porém para contestar e enriquecer a pesquisa recorreu-se em fazer uma pesquisa de campo, ou seja, uma proposta de aplicação de atividade a se realizar com alunos do 6º ano e 9º ano do Ensino Fundamental II e professores de Língua Portuguesa. Segundo Prodanov (2013, p.59), afirma que:

Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual procuramos uma resposta, ou de uma hipótese, que queiramos comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. Consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que presumimos relevantes, para analisá-los.

Sendo assim, foram propostos dois questionários que abordam a temática do preconceito linguístico, para complementar o tema em questão. Para Prodanov (2013, p.108) “O questionário, numa pesquisa, é um instrumento ou programa de coleta de dados. Se sua confecção for feita pelo pesquisador, seu preenchimento será realizado pelo informante ou respondente”. Nesse sentido, por meio dos questionários foram recolhidas informações conclusivas sobre o problema da pesquisa.

Referente à parte de um problema (LAKATOS E MARCONI, 2002) afirmam que a pesquisa responde as necessidades de conhecimento desse problema, e que seu ponto de partida é a investigação bem sucedida. Dessa maneira, pensando de acordo com as autoras foi produzido um questionário.

O questionário lançado obteve em torno de 12 perguntas ao todo, por meios de perguntas, que foram divididas em perguntas abertas voltadas para alunos e professores, o qual “os respondentes ficam livres para responderem com suas próprias palavras, sem se limitarem à escolha entre um rol de alternativas. São, normalmente, utilizadas no começo do questionário.” (PRODANOV, 2013, p.108). Nesse sentido, nas questões abertas os professores tiveram mais liberdade em comentar as perguntas que nortearam a problemática do trabalho. Para os alunos as perguntas foram fechadas, para facilitarem o entendimento da questão, que segundo o autor “são limitadas, apresentam alternativas fixas (duas escolhas: sim ou não etc.). O informante escolhe sua resposta entre duas opções apresentadas”

(PRODANOV, 2013, p. 109). As identidades dos educandos e educadores foram preservados, portanto, foi adotado nas respostas individuais, o critério de nomeá-los por letras.

O artigo também se trata de uma pesquisa participativa no sentido de que os envolvidos, no caso os alunos, atuam de forma colaborativa para que os objetivos sejam alcançados. Segundo (PRODANOV, 2013, p. 67) “quando se desenvolve a partir da interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas”. Contudo, haverá uma interação entre professores, alunos, pesquisador e pesquisa.

A abordagem da pesquisa é qualitativa, pois “esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte para a coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Tal pesquisa é descritiva” (PRODANOV, 2013, p. 70). O ponto de partida é analisar os dados indutivamente, no qual o processo e o significado são os focos da abordagem. Prodanov (2013) ainda relata:

Os dados coletados nessa pesquisa são descritivos, retratando o maior número possível de elementos existentes na realidade estudada. Preocupa-se muito mais com o processo do que com o produto. Na análise de dados coletados, não há preocupação em comprovar hipóteses previamente estabelecidas, porém estas não eliminam a existência de um quadro teórico que direcione a coleta, a análise e a interpretação dos dados (p.70).

Para realização desta pesquisa exploratória foi aplicado um questionário (II) com o objetivo de descrever e detectar o preconceito linguístico presente no contexto escolar. A pesquisa foi realizada com 4 professores de Língua Portuguesa da rede de ensino básico, de escolas diferentes, que agregam alunos da cidade e do interior, de ensino regular do fundamental II das séries iniciais e finais. Apesar de serem poucos professores, obteve-se resultados convincentes relevantes do tema em questão.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da pesquisa elaborada com os alunos do 6º e 9º ano e professores sobre o preconceito linguístico nas aulas de língua portuguesa, pôde-se analisar como os alunos reagem quando sofrem uma ação preconceituosa, como ficam suas emoções em relação ao *bullying* sofrido e como os professores podem melhorar a convivência nas aulas para diminuir os casos de preconceitos referentes à linguagem. Partindo das questões propostas aos discentes, observou-se pouca interação com a língua portuguesa, principalmente no 6º ano, no qual eles ainda estão interagindo para construir um pensamento amplo sobre a língua. Nesse processo, essa temática desenvolveu ainda, uma discussão com os professores atuantes nessas séries e suas concepções sobre o uso da linguagem no ambiente escolar.

Dessa forma, os questionários apresentados a eles ajudaram para que o trabalho descrevesse como o preconceito ainda está presente mesmo com todos os esclarecimentos que se tem hoje. Partindo desse pressuposto, pode-se observar nas seguintes questões respondidas pelos sujeitos pesquisados.

Como podemos observar, na questão 1 do questionário I, “O que você acha da sua fala em relação à língua portuguesa?”, o preconceito fica evidente pelas respostas dos alunos.

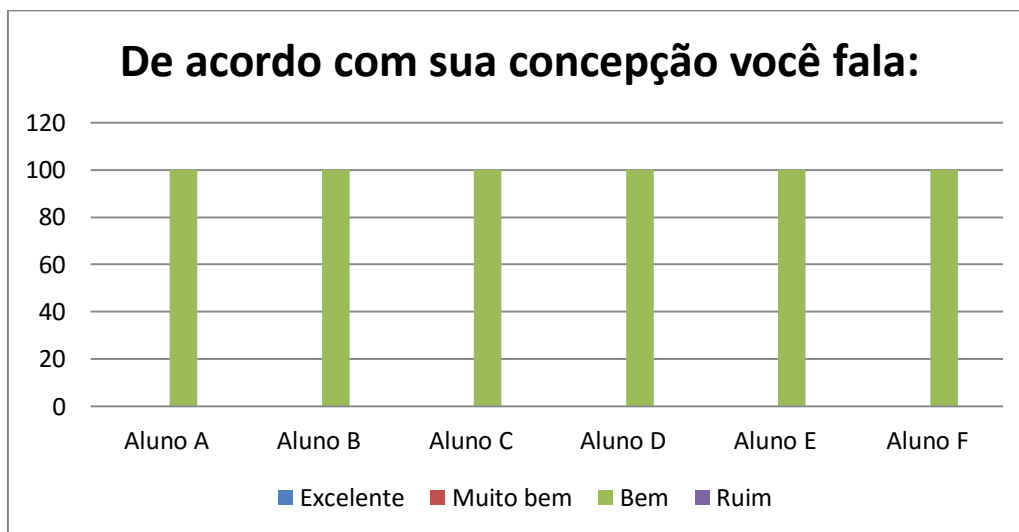
O aluno A do 6º ano respondeu “eu não consigo dominar direito a língua portuguesa”. Falou isso por achar que não está apto a exercer com segurança uma atividade tão básica, que é a sua fala. Muitos alunos confundem a língua com a norma padrão da gramática. Norma, não é língua, Bagno (2007) diz “é construto sociocultural, portadora de uma ideologia linguística, muito mais até do que um guia normativo para se falar e escrever corretamente” (p.105). A fala é a prática empírica que se obtém no contexto social, através da língua materna e afirma que se trata de praticidade.

Já o aluno B do 9º ano respondeu “às vezes erro algumas palavras, outras vezes acerto. Assim chego à conclusão que ela é média”. Com um pouco mais de interação com a língua e a linguagem, os alunos que estão deixando o ensino fundamental tendem a ser mais firmes em relação as suas percepções de língua. A conclusão que sua fala é média faz entender que sempre ocorrerão momentos de mudanças na língua, ou seja, o que pode se definir como certo para alguns pode ser errado para outros. Se ele “erra” uma palavra em outras vezes pode “acertar” dependendo de seu empenho quanto à língua. No entanto, esse errar ou acertar depende do ponto de vista adotado, no caso, o ponto de vista é o da gramática normativa, a qual tem servido de parâmetro quase que único para a fala ensinada nas escolas.

Conforme Possenti (1995), as crianças falam de acordo com o lugar onde nascem e vivem, logo falam seus dialetos, e logo sabem falar. Se em uma determinada situação, em um lugar, sua fala é dada como errada, na sua experiência de vida, não. Portanto, elas sabem falar de acordo com seu crescimento social linguístico usando a língua materna.

A seguinte questão do questionário 1 se refere à concepção da fala do aluno.

1. Concepção dos alunos a respeito de suas falas.



Percebe-se no gráfico acima que os alunos, tanto do 6º e 9º anos consideram sua fala boa. De maneira que falam bem na medida do possível. A resposta foi unicamente voltada à alternativa “bem”. Então, a questão aqui é que, pelo parâmetro dos alunos, eles não têm problema com a fala deles, quem diz que eles têm problema com a fala é a escola, quando os corrigem quanto a sua forma de falar.

Em referência as seguintes questões levantadas corroboram para dar ênfase nos problemas relacionados à distorção da linguagem dos sujeitos pesquisados. A questão 3, trata-se da correção dos professores referentes a maneira “errada” de falar dos alunos. Todos os educandos do 6º ano responderam que os professores fazem correções “às vezes” quanto a forma de fala deles. Já no 9º ano, apenas a Aluna F respondeu que eles “sempre” a corrigem quando fala “errado”. Porém os outros, responderam que “às vezes” são corrigidos pelos professores.

Na questão 4 refere-se a como eles se sentem quanto à correção, e as respostas foram divididas nas alternativas “bem, gosto que me corrijam”, “não ligo para essas coisas”, “envergonhado”, “constrangido” e “péssimo”. O resultado é implacável quanto à forma de

correção aos alunos. Percebe-se que para alguns é como se estivessem sendo castigados pela maneira de falar.

Na pergunta de número 5, foi indagado se eles já sofreram preconceito linguístico em algum momento na vida. Alguns alunos responderam, que “sempre”, “às vezes” e que até “serviram de piadas pela maneira própria de falar”. As respostas demonstram como esse fenômeno pode trazer consequências negativas na vida do aluno, pois se tratando dessa problemática, que por mais que seja censurada por diversas pessoas, ainda é presente e provoca uma situação desagradável a quem é sofrida.

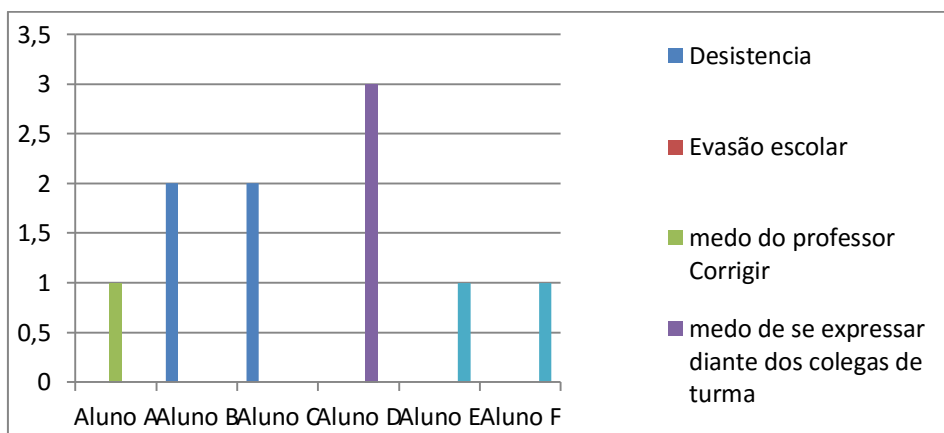
A questão 6 se referiu ao desrespeito com o modo de falar e como afetava seu desenvolvimento em sala de aula, e a resposta foi unânime, na medida que todos tiveram a mesma opinião no sentido positivo ao desleixo no progresso dos alunos. Desde então confirmando o que já se imaginava, o preconceito linguístico embarça todo avanço cognitivo do educando, retarda seu crescimento em conhecimentos básicos e específicos da vida como todo.

Bagno (1999) esclarece que existe uma confusão em relação à língua falada e escrita. Que professores e alunos devem diferenciar uma da outra, no que se trata de falar não existe maneira correta, mas sim entendida. Que esse tipo de acontecimento, ou seja, a repreensão à forma de falar do aluno e cidadão de uma sociedade “interrompe o fluxo natural da expressão e da comunicação, cuja consequência inevitável é a criação de um sentimento de incapacidade e incompetência” (p 133). Todo e qualquer tipo de preconceito conduz a um deserto sombrio, no qual a vítima se sente sozinha e sem salvação. Buscando entender o porquê da sua diferença no mundo, acaba que se exclui de qualquer contexto social.

De acordo com as respostas dos alunos acima, pode-se afirmar que essa problemática ainda existe em pleno século XXI, mesmo com muitos meios tecnológicos de acesso a informação sobre o preconceito em geral, pessoas ainda são reprimidas por sua forma de falar. E pior em um lugar onde se deveria trabalhar a força de expressão no cotidiano vivido, que é a escola.

A última questão dada aos alunos enfatiza o que acontece com os discentes em consequência do problema abordado. “De que forma o preconceito linguístico pode prejudicar o aluno?”. Desta forma, os alunos responderam conforme suas concepções sobre as consequências do preconceito linguístico sofrido por eles.

2. Como o preconceito linguístico pode prejudicar o aluno?



Como pode-se perceber há uma variação nas respostas dos alunos entrevistados. Existe um percentual relevante para a alternativa “medo de se expressar diante dos colegas da turma”, isso significa dizer que o preconceito quanto a forma de falar pode levar a graves resultados negativos no desenvolvimento educacional do aluno. Esse acontecimento corrobora com a problemática da pesquisa, a qual confirma que ainda existe esse tipo de prática dentro de sala e atrapalha a vida do estudante em suas carreiras acadêmicas e sociais. Marcuschi (2001) afirma que a fala é “uma prática social interativa para fins comunicativos” que acontece “desde uma realização mais informal a mais formal nos mais variados contextos de uso” (p.25). Muitos até não conseguem acompanhar os conteúdos por medo de se expressar, e levam suas dúvidas para casa sem ter com quem contar. A participação ativa do aluno na sala, não é só necessária, mas também possui uma extrema importância no seu desenvolvimento intelectual. Bagno (1999 p.122) ainda reforça que “ninguém comete erros ao falar sua própria língua materna, assim como ninguém comete erros ao andar ou ao respirar”, usar sua fala é natural tanto quanto viver.

Em virtude desse processo de “falhas” da linguagem, percebe-se a grande contribuição da linguística no ato de fala dos sujeitos entrevistados, visto que essa ciência visa colaborar com os padrões da língua falada, mostrando desta maneira que não existe erro na linguagem quando se trata de interação social. Em busca de mais esclarecimento a respeito do tema proposto, os professores das turmas citadas da rede de ensino passaram por uma entrevista dando suas opiniões acerca dos traumas causados pelo preconceito existente no âmbito escolar.

Seguindo o questionário 2, referente as questões levantadas aos professores, obteve-se as seguintes respostas. Para a questão de número 1: “Qual seu papel em relação ao ensino

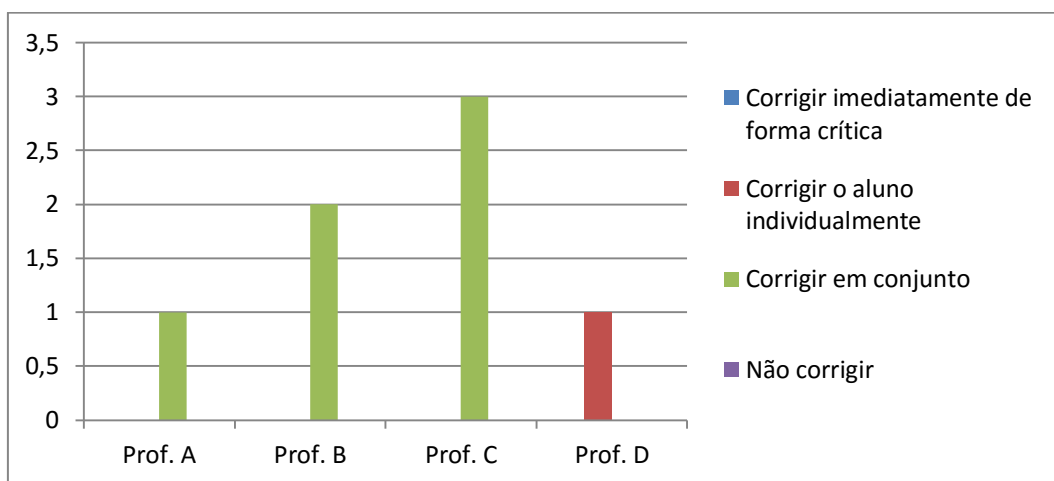
de língua portuguesa em sala de aula?” a docente A respondeu que seu papel “é ensinar e desenvolver um senso crítico no aluno, fazendo com que o mesmo aprenda a ser um bom leitor, ter uma boa escrita e uma fala correta”. Já o professor B falou em “apresentar os tipos de discurso, tornar os alunos capazes de identificá-los e utilizá-los em suas vidas”.

A questão 2 diz respeito ao que o professor entende por preconceito linguístico. As respostas foram distintas, mas com o mesmo sentido de negação a fala própria de cada pessoa. Por exemplo, a professora A diz se tratar de “julgamento a informalidade e classe social”. Já a educadora D diz, “preconceito linguístico é não aceitar variedades linguísticas, seja diante de diferentes formas que se apresentam, ou por tais não se enquadram em uma forma linguística tida de prestígio”. Por conseguinte, isso mostra que apesar de expressões diferentes todos englobam um ato ruim e criticam qualquer ação de preconceito, seja ele linguístico ou não. A realidade, todavia, é que ocorre esse fato sem a percepção do indivíduo preconceituoso.

Seguindo para a questão 3, foi perguntado aos docentes se eles já haviam sofrido algum preconceito linguístico com os demais colegas. Duas docentes responderam que não, mas presenciaram esses atos. Os outros dois, com suas experiências de vida disseram ter sofrido esse preconceito, pelo fato de serem novatos na profissão e foram criticados por veteranos da instituição atuante, pelo lugar de origem, e ainda por estarem em fase de graduação e aprendendo aos poucos a liberdade linguística.

Já a questão 4 será representada em gráfico, demonstrando assim a reação do docente quanto à forma de pronúncia do alunos considerada “errada”.

3. A reação docente quanto à pronúncia “errada” dos alunos.



O resultado da questão segue com três professores que corrigem coletivamente, isto é, em conjunto com toda a sala de aula. Em contraste com a docente D que faz a correção individualmente, quer dizer somente com o aluno que falou ou se expressou “incorretamente”. Ela o chama em particular em algum intervalo, e o corrige para não constrangê-lo na frente da turma.

Na última questão para os professores a pergunta envolve a influência da internet na fala dos alunos. Como o docente analisa essa questão real na vida de seus discentes?

A professora A observa a influência de forma “negativa por causa das gírias que provocam pouca produtividade na fala dos alunos”. Já o docente B, discordando da sua colega, diz que “é uma forma de evolução da língua”. Ambos com pensamentos opostos sobre o assunto. A professora C confirma que todo docente deve estar ligado às tecnologias, atualizando seus princípios. Já a professora D traz uma pequena dissertação sobre o assunto abordado, mostrando uma positividade em relação ao tema:

“devido à estarem mergulhados em tudo que a tecnologia oferece, meus alunos trazem para a sala de aula diversos vocábulos e formas de expressão linguística, primeiro na fala, depois transferem para sua escrita. Essa influencia em minha opinião enriquece nossas aulas, já tive que fazer várias pesquisas de vocábulos que eles usam e que eu desconhecia o significado. Aproveito para deixar minhas aulas mais a cara deles, porque uma das minhas preocupações é atrair a atenção deles. não poderia jamais defendê-los porque é o mundo deles fora da escola”.

Nota-se respostas distintas que revelam as opiniões sobre o preconceito existente na língua. Mesmo com todas as questões respondidas, percebe-se que os professores, apesar de buscar conhecimentos para o desenvolvimento de seus alunos, ainda estão voltados a prática gramatical, diferente da professora D, e ainda misturam a gramática com a língua, assuntos totalmente diferentes, mas que fazem parte da vida de todo cidadão.

Essas atividades voltadas à norma culta da língua devem acontecer na hora certa, sem intolerâncias. BAGNO (1999) diz que são pequenas as atitudes de práticas de sabotagem contra o preconceito, “cada professor de língua assuma uma posição de cientista e investigador, de produtor de seu próprio conhecimento linguístico teórico e prático” (p. 140), mesmo tendo que ensinar o que é cobrado na escola e na sociedade, “mas podemos ensinar essas coisas criticando-as ao mesmo tempo e deixando bem claro que aquilo ali não é tudo o que se pode saber a respeito da língua, que há um milhão de outras coisas” (p. 140), mostrando que as ciências evoluem, e que a linguagem também evolui e, que não pode ser organizada de ações que a banalizam ou diminuem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do trabalho desenvolvido sobre a descrição do preconceito linguístico nas aulas de língua portuguesa, foi detectada a presença dessa ação preconceituosa referente a variação da língua nas salas, e seu resultado negativo de repressão ao progresso de ensino-aprendizagem do aluno quanto a sua ocorrência. Destacaram-se fatores que levam a afirmação do regresso no desenvolvimento cognitivo do aluno, e até mesmo a evasão escolar. Apesar de todos os meios de comunicações e informações estarem atuando na conscientização desse problema, ainda é frequente a presença de atitudes de preconceito linguístico, principalmente nas aulas de língua portuguesa. Uma vez que, a escola deve mostrar ao aluno que a realidade da língua é baseada nas suas variações, que existe a variedade culta e que se deve aprender a utilizá-la em determinadas situações de comunicação, porém não se deve deixar de lado o conhecimento empírico que cada pessoa possui, incluindo sua forma de falar.

Todo saber individual possui valores que ampliam a aprendizagem e o desenvolvimento social. É preciso respeitar a língua falada que é empregada particularmente por cada indivíduo e que, muitas vezes, não é idêntica à língua escrita, e que o grande problema se encontra na situação social do Brasil, de injustiças, exclusões, desigualdades. Respeitar a variedade linguística de uma pessoa é bastante relevante. É respeitar a integridade física e espiritual dessa pessoa como ser humano digno de todo respeito. A língua permeia tudo, ela nos constitui enquanto seres humanos. Somos a língua que falamos e a partir dela enxergamos o mundo e o definimos. A conscientização, a tolerância e o respeito é a melhor forma de combater qualquer preconceito inventado.

REFERENCIAS

ANTUNES, Irandé. **Muito Além da Gramática: por um ensino de língua sem pedras no caminho**. São Paulo, Parábola. 2007.

_____. **Língua, Texto e Ensino: outra escola possível**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico: O que é, Como se faz**. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz?** 49. ed. São Paulo Loyola, 2007.

BECHARA, Evanildo. **Ensino da gramática. Opressão? Liberdade?** 7ed. São Paulo: Ática, 1993. Série Princípios.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é comunicação**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: 144p. 1998.

BRASIL/MEC/SEF. **Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa. Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: Secretaria de Educação fundamental, 1997.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas. 2002.

GRUPIONI, L.D.B. **Livros didáticos e fontes de informações sobre as sociedades indígenas no Brasil**. In: LOPES DA SILVA, A.; GRUPIONI, L.D.B. (orgs.). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995, p. 481-493.

MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados** / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. – 5. ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

MARCUSCHI, Luiz Antônio: **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**/ Luiz Antônio Marcuschi – São Paulo: Cortez, 2001.

PERINI, Mário A. **Gramática Descritiva do Português**. São Paulo: Ática, 1999.

POSSENTI, Sírio. **Porque (não) ensinar gramática na escola**. Campinas, SP: Coleção Leituras no Brasil, 1996.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do Trabalho Científico [recurso eletrônico]: Métodos e técnicas da pesquisa do trabalho acadêmico**/ Cleber Cristiano Prodanov. Ernani Cesar de Freitas.-2ed.-Novo Hamburgo: Feevale 2013.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: Ática, 1994.